



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Ética, Direitos Humanos e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Direitos Humanos.

QUAL O LUGAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA?

Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado¹

Resumo: Este artigo analisa o fenômeno População em Situação de Rua como uma expressão da questão social na sociedade capitalista contemporânea. Aborda a realidade deste grupo e reflete as violações e preconceitos a que são submetidos, mantendo-os em condições de extrema vulnerabilidade social e, conseqüentemente, ao tratamento higienista pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Questão Social; População em Situação de Rua; Preconceito.

Abstract: This article analyzes the phenomenon of Homeless People as an expression of the social question in contemporary capitalist society. It reports on the reality of this group and reflects the violations and prejudices to which they are subjected, keeping them in conditions of extreme social vulnerability and, consequently, to the hygienist treatment by the Brazilian State.

Keywords: Social issues; Homeless People; Preconception.

INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, as questões sociais têm emergido de formas muito peculiares e representam no processo de globalização a máxima da desigualdade social, afetando expressivamente grande parcela da população. O Brasil “guarda como característica fundamental a convivência de um capitalismo moderno marcado pela extrema concentração de renda, ao lado de um capitalismo predatório que produz e reproduz de forma selvagem e impune profundas desigualdades sociais” (SPOSATI, et. al. 2014, p.41).

O processo de acumulação sem limites acentua o pauperismo e traz como conseqüências o acréscimo de pessoas que passam a habitar as ruas. Para Silva, “o fenômeno social da população em situação de rua constitui uma síntese de múltiplas determinações, cujas características, mesmo com variações históricas, o tornam um elemento de extraordinária relevância na composição da pobreza nas sociedades capitalistas” (2009, p. 91).

Viver nas ruas tornou-se uma questão banal, os “invisíveis sociais”² não despertam tanto interesse entre os transeuntes e os estereótipos e clichês apontam

¹ Professor com formação em Serviço Social, Instituto Superior de Ciências Aplicadas, E-mail: ray.asocial@hotmail.com.

quem são e como os moradores de rua se reproduzem socialmente. Para Borin (2003) a noção de pobreza “reflete situações mais estáveis de acúmulo de privações absoluta ou relativa e traduz, em um plano estrutural, as distâncias sociais e econômicas entres os grupos de uma sociedade” (p.63).

Nossas questões corriqueiras nos cegam para essa realidade latente e nossos sentidos se desviam das condições de vida dessa população tida como esquecida, e tal esquecimento produz grandes violações. Certo constrangimento nos toma diante destes indivíduos que vivem das sobras e migalhas da “sociedade de consumo”³, uma sociedade que coisifica e tornam as pessoas descartáveis. Caracterizamos essa população como “anormal”, pois tal condição pressupõe uma comparação à normalidade legitimada socialmente.

O diferente passa a ser objeto de estranhamento e repulsa. A dicotomia normal versus anormal homogeneiza as diferenças com o intuito de manter todos na linha, reproduzir uma dada ordem social. Ora, se morar em uma residência fixa, trabalhar formalmente e constituir família são padrões sociais que caracterizam os indivíduos normais, logo, sem residência fixa, sem família e trabalho formal, as pessoas em situação de rua são alvos de investidas ideológicas que acentuam suas anormalidades (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.50).

Esse grupo populacional defronta uma culpabilização por sua condição, e a indiferença a que são submetidos (seja pela sociedade ou pelo Estado), naturaliza e silencia as inúmeras violações geradas nesse processo de apartação social. A população de rua é encarada como suja e a sociedade constantemente acionam os serviços públicos para remover, higienizar e esconder tais indivíduos. Fragmenta-se o atendimento e o reduz a práticas higienistas (SPOSATI, 1995).

Sempre que nos referimos a essas pessoas, é comum automaticamente ocorrer a associação com a difundida figura de um indivíduo sujo, maltrapilho e aparência sórdida. Nesse caso, estamos utilizando o discurso higienista, que rotula e propaga o estigma do morador de rua sempre associado à sujeira que deve ser jogada para .debaixo do tapete.. Entretanto, o que nos deixa perplexos, e deve ser ressaltado, é que a grande maioria dos indivíduos que habitam as ruas não compartilha destes atributos (MATTOS; FERREIRA, 2004, p.50).

Naturalizar a situação de rua é negar a multiplicidade de fatores que conduzem uma pessoa a tomar a decisão de viver em um mundo paralelo ao convencional e tomar para si uma identidade carregada de conceitos pejorativos. Tal situação

² Conceito atribuído aos segmentos vulneráveis que vivem às margens da sociedade e apresenta elevados índices de desigualdade social (SPOSATI, 2014).

³ Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias/ Zygmunt Bauman; tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

expressa várias indagações, as quais serão consideradas na construção do presente trabalho.

O LUGAR DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

O debate sobre pessoas que utilizam a rua como espaço de moradia é sempre carregado de preconceitos. Esse grupo social reflete a imagem de uma sociedade conservadora que atribui a situação de rua como uma escolha e motivação pessoal (MATTOS; FERREIRA, 2004). Os aspectos materiais, culturais, relacionais, políticos, psicológicos e simbólicos não devem ser desconsiderados, pois, conforme supracitado, tal fenômeno é multidimensional.

Quando não se tem um olhar ancorado em aspectos sociohistóricos sobre as condições de vida desses indivíduos, tendenciosamente a concepção de trabalho se reporta à “intervenção assistencialista, paternalista ou autoritária de higienização social” (BRASIL, 2008). Esses grupos sociais “possuem a característica de estabelecer no espaço público da rua seu palco de relações privadas, o que as caracteriza como ‘população em situação de rua’” (BRASIL, 2008, p. 03).

Tal segmento social manteve-se historicamente à margem das discussões entre o poder público e a sociedade civil. Compreender os inúmeros fatores que fadaram os indivíduos a essa forma extrema de exclusão social, é considerar as bases históricas da formação e compreensão da questão social no Brasil⁴.

Em linhas gerais os problemas sociais desde o final do século XIX são vinculados à carência de recursos (materiais e intelectuais), e suas formas de combates são reportados à esfera privada, alvo de culpabilização individual ou da responsabilidade da filantropia, estreitamente vinculado às iniciativas da Igreja Católica⁵.

Para Cohn (2000, p.387) “uma situação de privação de recursos materiais associa-se à ausência de recursos intelectuais próprios que permitam ao indivíduo superar por si mesmo tal estado de privação”. A questão social se manifesta de forma específica e suas expressões se inter-relacionam com as condições sociohistóricas do país.

⁴ Entretanto, Silva (2009) considera que a história da População em Situação de Rua remonta ao surgimento das cidades pré-industriais na Europa e, a partir dessa época, passam a compor o cenário da vida urbana em várias partes do mundo.

⁵ No Brasil, Santas Casas de Misericórdia são os exemplos mais clássicos dessa tradição no país, sendo a questão social nessa época, algo pertinente à esfera privada, devendo ser cuidada nesse âmbito. Ressalta-se que nesse período o olhar do Estado era prioritariamente para questões pertinentes à manutenção da ordem pública.

Pela via do trabalho, a questão social assume outra concepção à esfera pública e à sociedade em geral. Distinguem-se quem são os *cidadãos* e os *miseráveis*: Cidadãos são aqueles que estão cobertos por um sistema de proteção social por contribuírem e terem direito e acesso a ele e os pobres, ao contrário, são aqueles que não possuem capacidades autônomas de garantir os mínimos de sobrevivência e são alvos, majoritariamente, de políticas sociais de caráter filantrópico⁶.

Por décadas essa distinção esteve fortemente associada aos padrões de inclusão e exclusão social, porém a questão social no Brasil contemporâneo adquire novos padrões de regulação social, assumidos pela via do consumo. Prevalece não mais o mercado de trabalho, mas a capacidade contributiva de cada indivíduo (empregado no mercado formal ou não).

A pobreza é naturalizada, vista como fatalidade e fruto da globalização e não em termos de desigualdade social. Polarizaram-se as classes, antes vistas como *trabalhadores* e *não trabalhadores*, e hoje como *globalizáveis* e *não globalizáveis*. Mudaram-se as épocas e os conceitos, porém a desqualificação social aos que não se enquadram e contribuem para esse sistema, representa a grande opressão recaída sobre os mais vulneráveis, compreendendo que estes ainda são alvo de olhares fragmentados.

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagem distinta em casa época [...]. dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gêneros, raça, etnia, religião, nacionalidade etc. Mas decifrar, também, as formas de resistência e rebeldia com que são vivenciadas pelos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2004, p.114).

Analisar a questão social como produto do sistema de exploração do capital não desconsidera a necessidade de se compreender suas múltiplas expressões e formas concretas, como é o caso da População em Situação de Rua. Essa apreensão se reporta à organização social capitalista e à relação capital *versus* trabalho.

A desqualificação social se apresenta como um elemento fundamental na compreensão da situação de rua, pois se trata de um processo marcado pela expulsão do mercado de trabalho, empregos instáveis, precarizados, flexibilização das relações e dos direitos trabalhistas, desemprego brutal e acentuado, o enfraquecimento das relações sociais como consequência e a ruptura com os vínculos familiares (SILVA, 2009).

Esse sistema de exclusão produz e reproduz discursos de verdade e os justifica na periculosidade dos sujeitos e, novamente, à ordem social. Conforme

⁶ Cohn (2000) afirma que a questão social no Brasil está marcada desde a sua origem ao vínculo do indivíduo com o mercado de trabalho.

aponta Silva (2009), a População em Situação de Rua é frequentemente responsabilizada pela condição em que se encontram, sendo vítimas de massacres e perseguições policiais. As velhas práticas disciplinares de separação e segregação se mantêm por meios das instituições e prisões⁷.

Indivíduos não governáveis, não controláveis, não globalizáveis, são remetidos a formas violentas e autoritárias de poder, e não somente um poder físico/institucional, mas um poder moral-intersubjetivo construído socialmente sobre essa condição de vida.

Na sociedade disciplinar, conforme elucida Deleuze (1992) os indivíduos perpassam de um espaço fechado a outro e cada um com suas leis próprias. Esses espaços são representados pela família, a escola, o hospital, a fábrica, a prisão etc. O autor considera esses espaços como locais de confinamento por excelência, todavia, esse modelo disciplinar entra em crise no pós Segunda Guerra Mundial e novas medidas (reformas) passam a ser frequentes nas sociedades contemporâneas.

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes de uma mesma modulação, como que de um deformador universal (DELEUZE, 1992, p.03).

O controle atualmente é representado por cifras, tanto na reprodução da vida como no acesso à informação ou a sua rejeição. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou bancos (1992, p.03). Esse sistema de metabolismo social é representado pelo poder econômico das classes e sua capacidade de contribuição à continuidade dessa engrenagem abstrata.

Alguns estudos apontam a População em Situação de Rua como os “novos excluídos”⁸. Esses estudos se baseiam na relação entre migração, desemprego e ausências (materiais e imateriais) às pessoas que vivenciam essa condição. O conceito de exclusão social utilizado por Escorel (1999) representa a ruptura dos vínculos sociais, nas esferas: econômico-ocupacional, sociofamiliar, de cidadania, das

⁷ Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma legal; (GOFFMAN, 2008).

⁸ Vieira; Rosa (1997); Rosa (2005). O conceito de novos excluídos consiste na noção da existência de um grupo de trabalhadores apartados do mercado de trabalho formal, com baixa remuneração, ausência de residência fixa - que procuravam se alojar em pensões albergues e ruas - com dependência cada vez maior dos recursos assistenciais para viver. Estes aparecem nas temáticas abordadas com os desfiliaados e excluídos.

representações sociais e da vida humana. Baseada nos estudos de Arendt, a autora depreende que é excluído aquele que está "sem lugar no mundo", desvinculado ou em processo de desvinculação, e que, por isso, não consegue sentir-se pertencente a uma unidade social. Reportando essa ideia a Deleuze (1992) ousou afirmar que tais indivíduos não se submetem aos mecanismos de controle da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, são estigmatizados e segregados da coletividade, estabelecendo vínculos com seus pares e construindo nas ruas suas formas de vida, pertencimento e reprodução material e social.

Esse pertencimento se reporta a duas questões fundamentais em minha análise. Primeiramente, apresentou-se um grupo populacional que vive em condições de apartação social, não meramente movidos por uma escolha individual, mas por um processo de contínuas perdas (materiais e imateriais). Por conseguinte, essa apartação representa a fuga destes indivíduos do sistema de controle social, que conseqüentemente utiliza-se de mecanismos disciplinares, na tentativa de submetê-los ao domínio do sistema vigente.

De acordo à literatura consultada, as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, a inexistência de trabalho regular e a ausência ou insuficiência de renda, além do uso frequente de álcool e outras drogas e problemas decorrentes de desabrigo, são as principais determinações que levam um indivíduo à situação de rua. Todavia, segundo Silva (2009),

[...] a história revela que as causas estruturais desse fenômeno vinculam-se à estrutura da sociedade capitalista; sua produção e reprodução têm bases nos processos imanentes à acumulação do capital no contexto de produção da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, excedente à capacidade de absorção do mercado de trabalho no capitalismo (p.105).

A questão social tem sua gênese no modo de produção capitalista e esta vivencia a cada dia novos estágios de desenvolvimento. Sob essa ótica, o fenômeno estudado se reporta à inclusão ou exclusão do indivíduo ao mercado de trabalho, e conseqüentemente, a sua contribuição para o sistema de metabolismo social vigente. Entretanto, decifrar a questão social atualmente, é considerar as formas de resistência e rebeldia vivenciadas pelos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 2004).

Sendo assim, a identidade do indivíduo em situação de rua é sempre carregada de estigmas sociais, sendo estes vistos como sujos, vagabundos, loucos, perigosos, coitados, drogados, desocupados, bandidos, vadios, flagelados, pedintes, psicopatas, carentes etc., (MATTOS; FERREIRA, 2004. SILVA, 2009). Um grupo populacional segregado, fragmentado, estereotipado e responsabilizados pela situação em que se encontram, tendo suas identidades, histórias e direitos, muitas

vezes negados, sendo vítimas de grandes massacres e perseguições, permanecendo na invisibilidade.

Por fim, em face do exposto, destaca-se o “lugar” da População em Situação de Rua na sociedade contemporânea. Uma população flutuante, mantida na invisibilidade, heterogênea, plural e notadamente um fenômeno urbano⁹. O preconceito é, nas palavras de Silva (2009, p. 119) “a marca do grau de dignidade e valor moral atribuído pela sociedade às pessoas atingidas por esse fenômeno”. Além do que, “despertam medo, nojo e descaso” (BORIN, 2003, p.122).

Indivíduos “não controláveis”, submetidos a práticas higienistas ainda nos dias atuais, como forma de esconder a *sujeira embaixo do tapete*. Vítimas de massacres, prisões, internações, modelos típicos das sociedades disciplinares. Tais ações geralmente são executadas pelo Poder Público (SILVA, 2009).

O preconceito tende a naturalizar esse fenômeno, pois este se manifesta contrário aos valores estabelecidos pelas sociedades capitalistas e o mercado. Uma questão social conduzida sob a ótica conservadora burguesa, devendo ser minimizada a práticas que amenizem, controlem e não comprometam a ordem social vigente. Uma questão socialmente aceita como traços ‘naturais’ das sociedades humanas e não como resultante de um sistema opressor e desigual.

Por isso, parafraseando Silva (2009), a tendência é atribuir aos sujeitos a responsabilidade por tal condição, isentando a sociedade capitalista da produção e reprodução do fenômeno e cabendo ao Estado a responsabilidade de enfrentá-lo (p.122).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da População em Situação de Rua abriga várias indagações repletas de características gerais, abarcando um complexo universo de questionamentos e com múltiplas determinações, não sendo possível descrevê-las e considerá-las apenas neste trabalho.

Um fenômeno resultante de uma sociedade marcada pela desigualdade social e supervalorização do capital, em detrimento do respeito aos direitos inalienáveis do ser humano. Esse grupo populacional pode ser considerado como uma das maiores expressões da questão social, pois, além de sua situação de extrema vulnerabilidade social, são alvos de atos de violência – física e simbólica – que expressam a crueldade presente no Estado e na sociedade brasileira contemporânea.

⁹ Silva (2009) considera a conjugação de vários fatores, como maior circulação do capital, a infraestrutura, a arquitetura e a geopolítica dos grandes centros para justificar essa afirmação.

Indivíduos estigmatizados e culpabilizados por sua condição, carregando resquícios do moralismo e da ordem social burguesa, vistos como uma ameaça e sendo frequentemente submetidos a práticas disciplinares e higienistas, que buscam uma falsa “ressocialização” na tentativa de submetê-los aos padrões estabelecidos e legitimados socialmente.

Espera-se que tais reflexões, contribuam para a intervenção qualificada dos profissionais de Serviço Social, pois, no atual cenário político e social, nossa categoria é frequentemente chamada a intervir frente a essa problemática. Na perspectiva da formação continuada, propõe-se que a temática seja amplamente discutida em todos os espaços sócio-ocupacionais e acadêmicos, possibilitando abordagens ancoradas em vertentes críticas, que busquem romper com o conservadorismo das ações a que a População em Situação de Rua é submetida no cotidiano.

REFERÊNCIAS

- BORIN, Marisa do Espírito Santo. **Desigualdades e rupturas sociais na metrópole: os moradores de rua em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. Sumário Executivo. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília: MDS, 2008.
- COHN, Amélia. **A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania**. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000): a grande transação. São Paulo: SENAC, 2000.
- COSTA, Ana P. M. **População em situação de rua: contextualização e caracterização**. Artigo Científico. Revista Virtual Textos e Contextos, nº 4, dez, 2005. Disponível em: <
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/view/993>>. Acesso em 21 mai. 2019.
- DELEUZE, G. **“Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle”**. In: *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Sao Paulo: Perspectiva, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** Ensaios críticos. 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2004

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Quem vocês pensam que (elas) são?** - Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 47-58, Aug. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 mai. 2019.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de rua.** Sao Paulo: Hucitec/ Associação rede rua, 2005.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira, *et. al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

SPOSATI, A. **Comentário sobre as formas de atuação com a população de rua.** In: ROSA, C. M. M. (Org.). *População de rua: Brasil-Canadá.* São Paulo: Hucitec, 1995.

VIEIRA, Maria Antonieta Costa, ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **População de rua: quem é, como vive, como e vista.** São Paulo: Hucitec, 1997.